

25.11.2025

 **vbs** advogados

Mercado de Carbono no Brasil

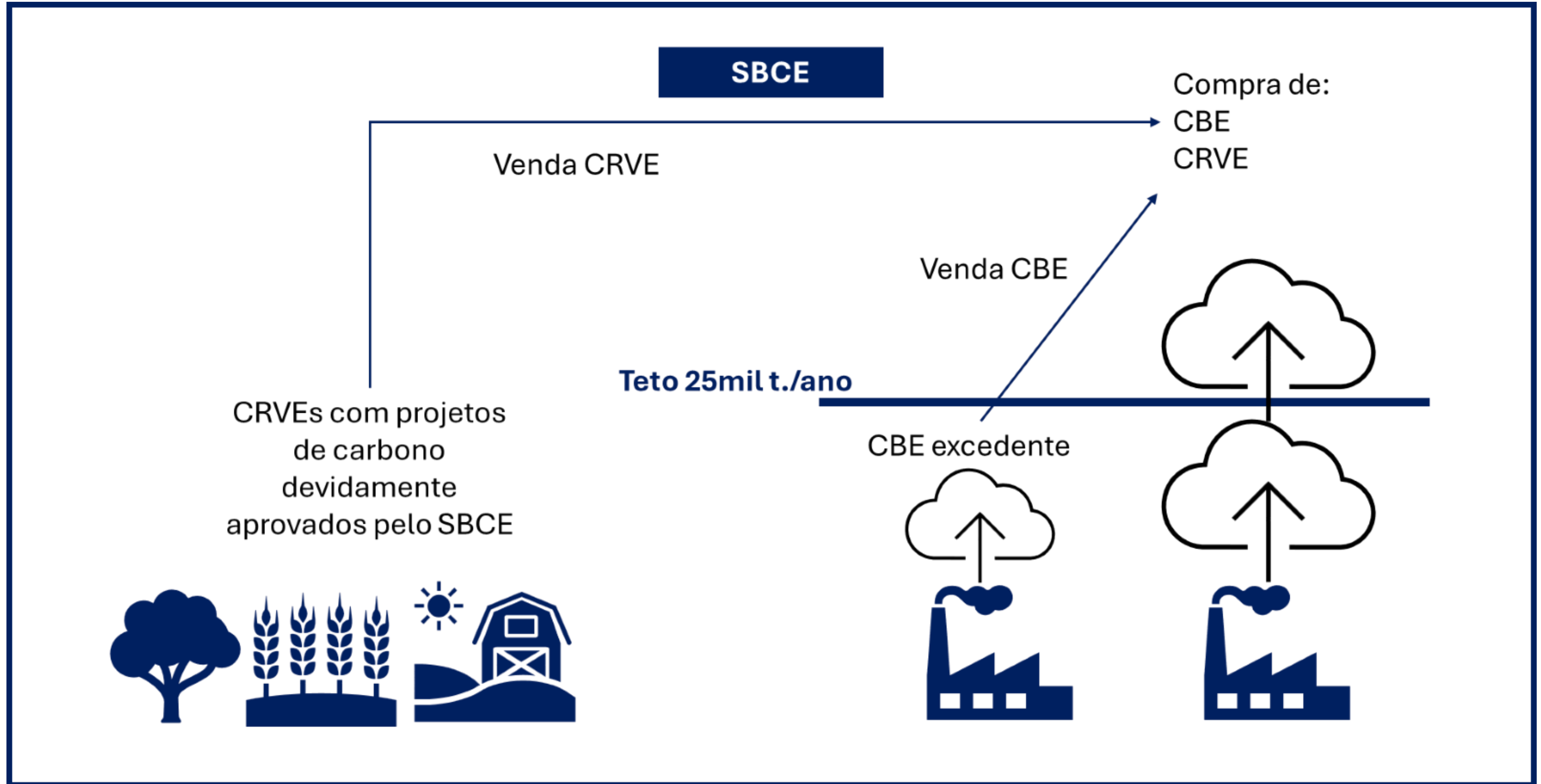
Gargalos e Segurança Jurídica

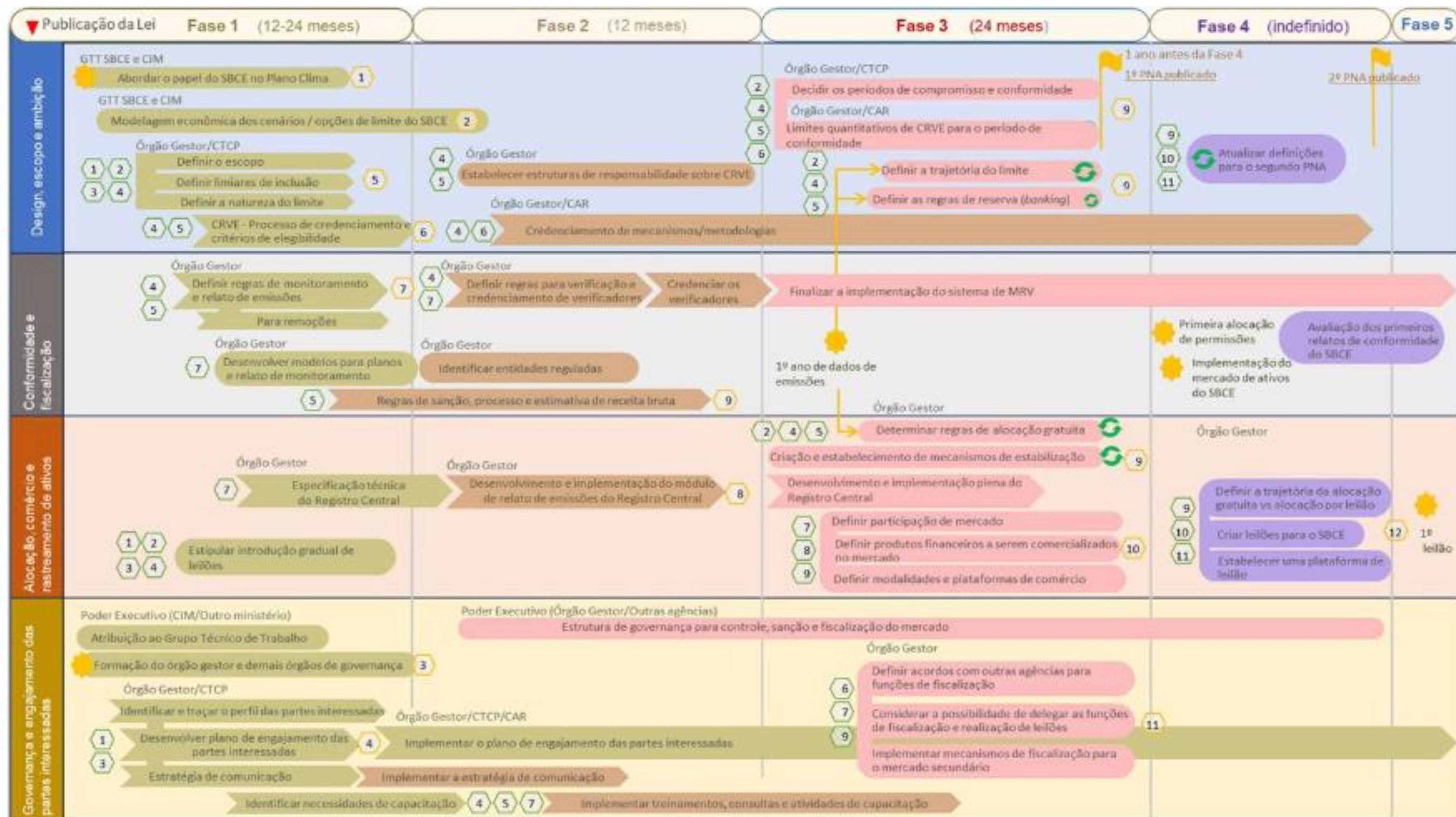


LEONARDO MUNHOZ

Advogado na área Agroambiental no VBSO Advogados. Doutor e Master of Laws em Direito Ambiental pela Pace University School of Law, Mestre em Direito dos Negócios na Escola de Direito de São Paulo da FGV, Curso de extensão em Contratos Típicos e Atípicos pela mesma instituição e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)







Fontes

10 mil toneladas/ano:

Realizar inventário de emissões

25 mil toneladas/ano:

Mitigar emissões com aquisição de Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões

Fonte

- *processo ou atividade, móvel ou estacionário, de propriedade direta ou cedido por meio de instrumento jurídico ao operador, cuja operação libere gases de efeito estufa, aerossol ou um precursor de gases de efeito estufa.*

Muito amplo



▼ **M4**

ANNEX I

CATEGORIES OF ACTIVITIES TO WHICH THIS DIRECTIVE APPLIES

▼ **M15**

1. Installations or parts of installations used for research, development and testing of new products and processes are not covered by this Directive. Installations where during the preceding relevant five-year period referred to in Article 11(1), second subparagraph, emissions from the combustion of biomass that complies with the criteria set out pursuant to Article 14 contribute on average to more than 95 % of the total average greenhouse gas emissions are not covered by this Directive.

▼ **M4**

2. The thresholds values given below generally refer to production capacities or outputs. Where several activities falling under the same category are carried out in the same installation, the capacities of such activities are added together.

▼ **M15**

3. When the total rated thermal input of an installation is calculated in order to decide upon its inclusion in the EU ETS, the rated thermal inputs of all technical units which are part of it, in which fuels are combusted within the installation, shall be added together. Those units may include all types of boilers, burners, turbines, heaters, furnaces, incinerators, calciners, kilns, ovens, dryers, engines, fuel cells, chemical looping combustion units, flares, and thermal or catalytic post-combustion units. Units with a rated thermal input under 3 MW shall not be taken into account for the purposes of this calculation.

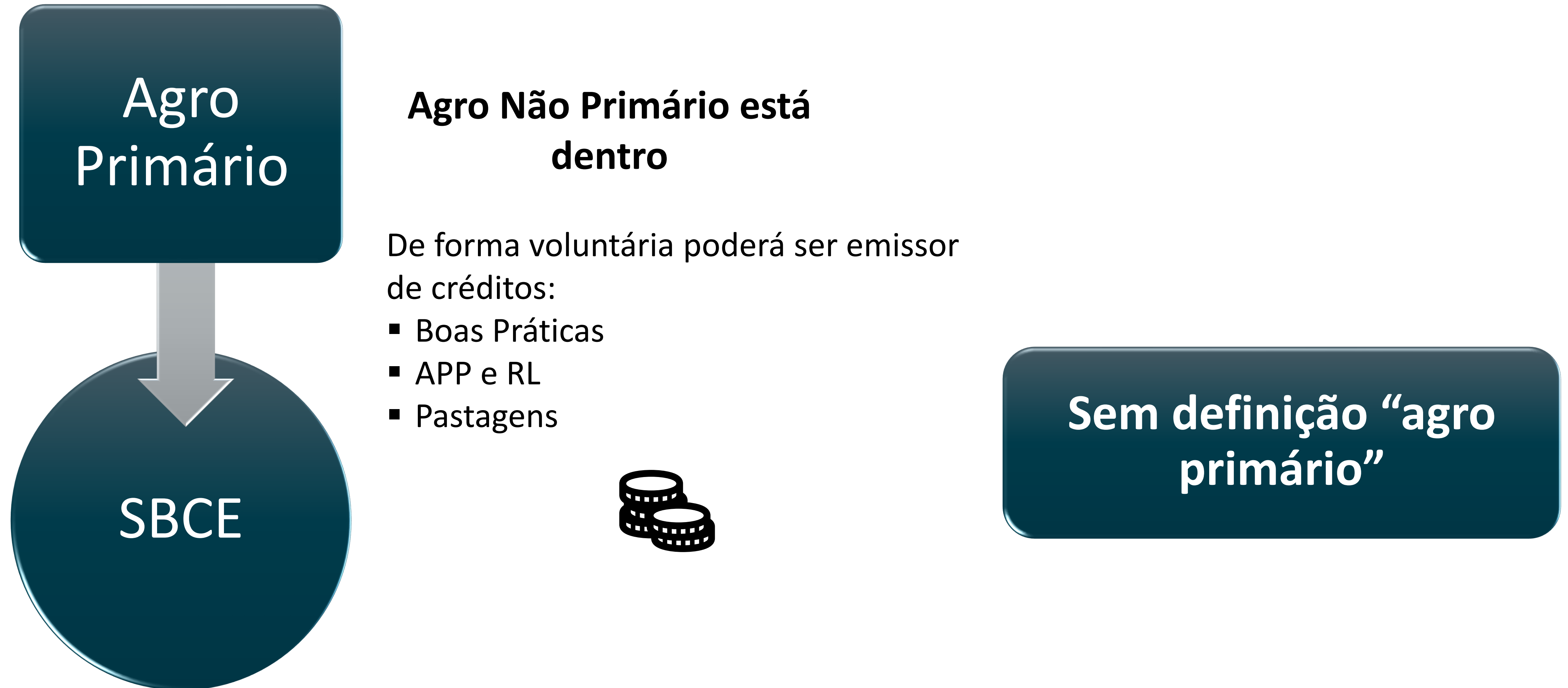
▼ **M4**

4. If a unit serves an activity for which the threshold is not expressed as total rated thermal input, the threshold of this activity shall take precedence for the decision about the inclusion in the ► **M9** EU ETS ◀.
5. When the capacity threshold of any activity in this Annex is found to be exceeded in an installation, all units in which fuels are combusted, other than units for the incineration of hazardous or municipal waste, shall be included in the greenhouse gas emission permit.
6. From 1 January 2012 all flights which arrive at or depart from an aerodrome situated in the territory of a Member State to which the Treaty applies shall be included.

▼ **M4**

Activities	Greenhouse gases
Metal ore (including sulphide ore) roasting or sintering, including pelletisation	Carbon dioxide
▼ M15	
Production of iron or steel (primary or secondary fusion) including continuous casting, with a capacity exceeding 2,5 tonnes per hour	Carbon dioxide
▼ M4	
Production or processing of ferrous metals (including ferro-alloys) where combustion units with a total rated thermal input exceeding 20 MW are operated. Processing includes, inter alia, rolling mills, re-heaters, annealing furnaces, smitheries, foundries, coating and pickling	Carbon dioxide
▼ M15	
Production of primary aluminium or alumina	Carbon dioxide and perfluorocarbons
▼ M4	
Production of secondary aluminium where combustion units with a total rated thermal input exceeding 20 MW are operated	Carbon dioxide
Production or processing of non-ferrous metals, including production of alloys, refining, foundry casting, etc., where combustion units with a total rated thermal input (including fuels used as reducing agents) exceeding 20 MW are operated	Carbon dioxide
Production of cement clinker in rotary kilns with a production capacity exceeding 500 tonnes per day or in other furnaces with a production capacity exceeding 50 tonnes per day	Carbon dioxide
Production of lime or calcination of dolomite or magnesite in rotary kilns or in other furnaces with a production capacity exceeding 50 tonnes per day	Carbon dioxide

Isenção Agro

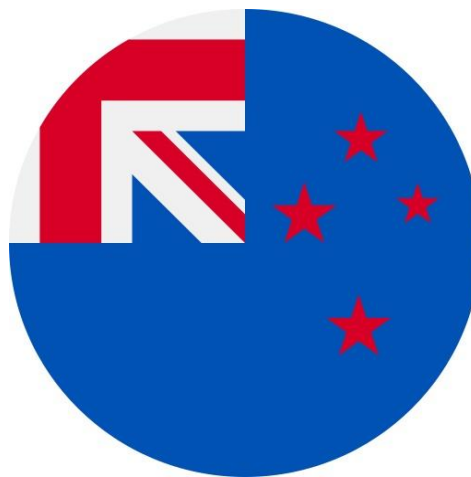




Industrial



Industrial



Industrial

Houve estudo para para alguns rebanhos,
mas descontinuado



Obrigatório: Industrial
Facultativo: Agro



*National Greenhouse
and Energy Reporting
Act de 2007 e de 2015*

Safeguard Mechanism

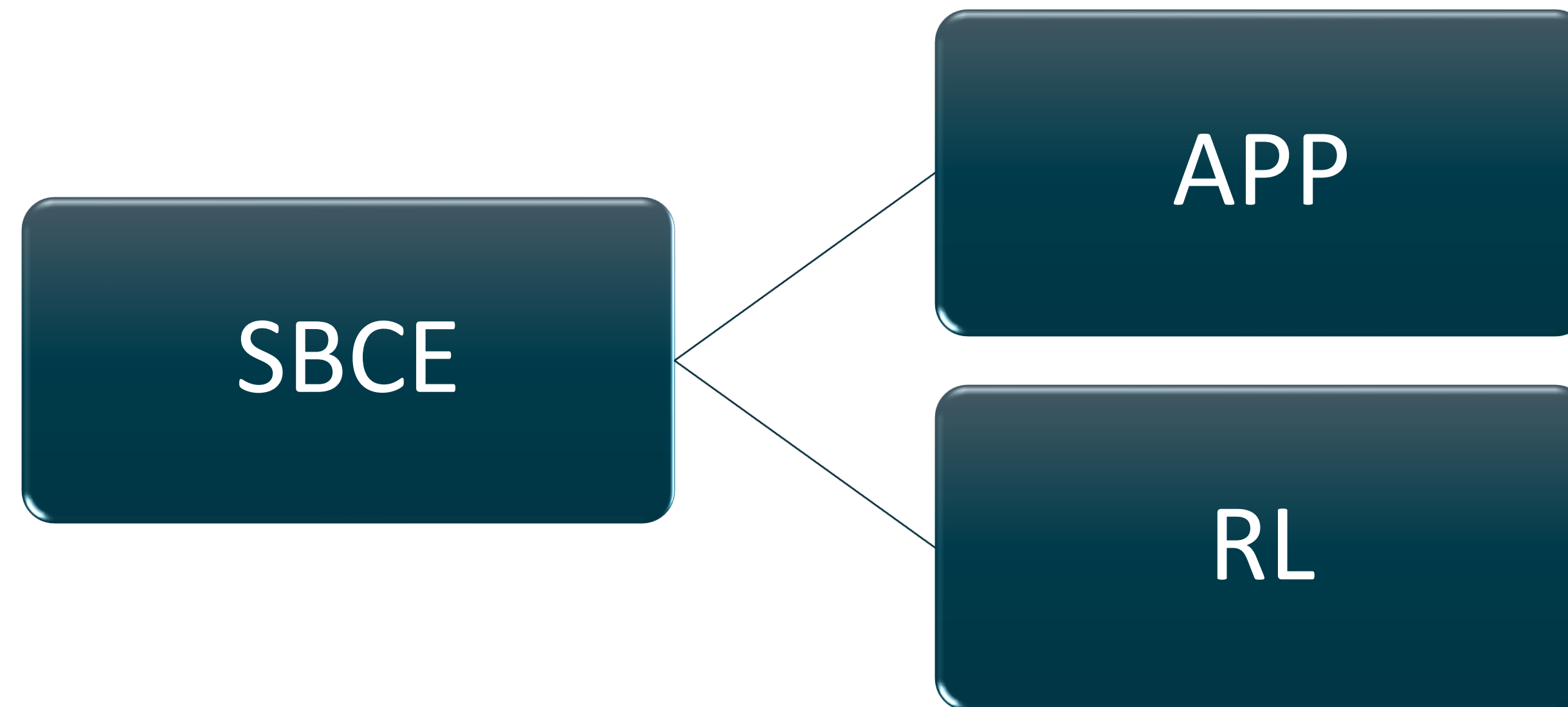
Carbon Credit Scheme

Obrigatório para
setores industriais

Facultativo para
agropecuária como
emissora de créditos

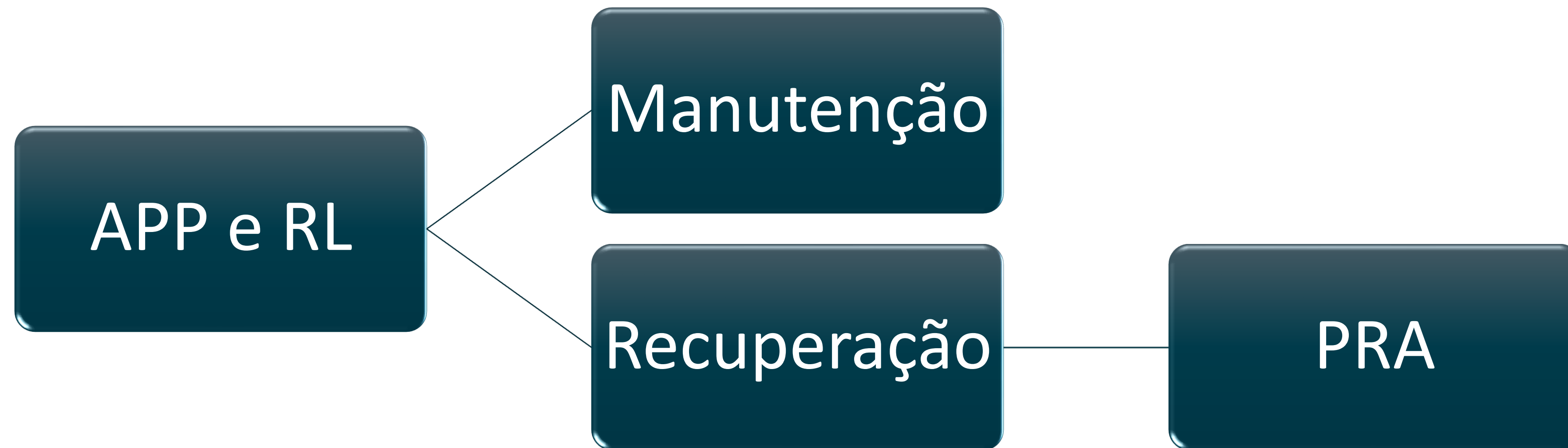


APP e RL no SBCE



Lei Federal 15.042/2024, art. 46:

A recomposição, a manutenção e a conservação de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal ou de uso restrito previstas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), bem como de unidades de conservação, são aptas para a geração de créditos de carbono.



Código Florestal

- Art. 41§ 4.º: As atividades de manutenção das APP, de RL e de uso restrito são elegíveis para quaisquer pagamentos ou incentivos por serviços ambientais, configurando adicionalidade para fins de mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa.

PSA

- Art. 9: As APPs, RL e outras sob limitação administrativa nos termos da legislação ambiental serão elegíveis para pagamento por serviços ambientais com uso de recursos públicos, conforme regulamento

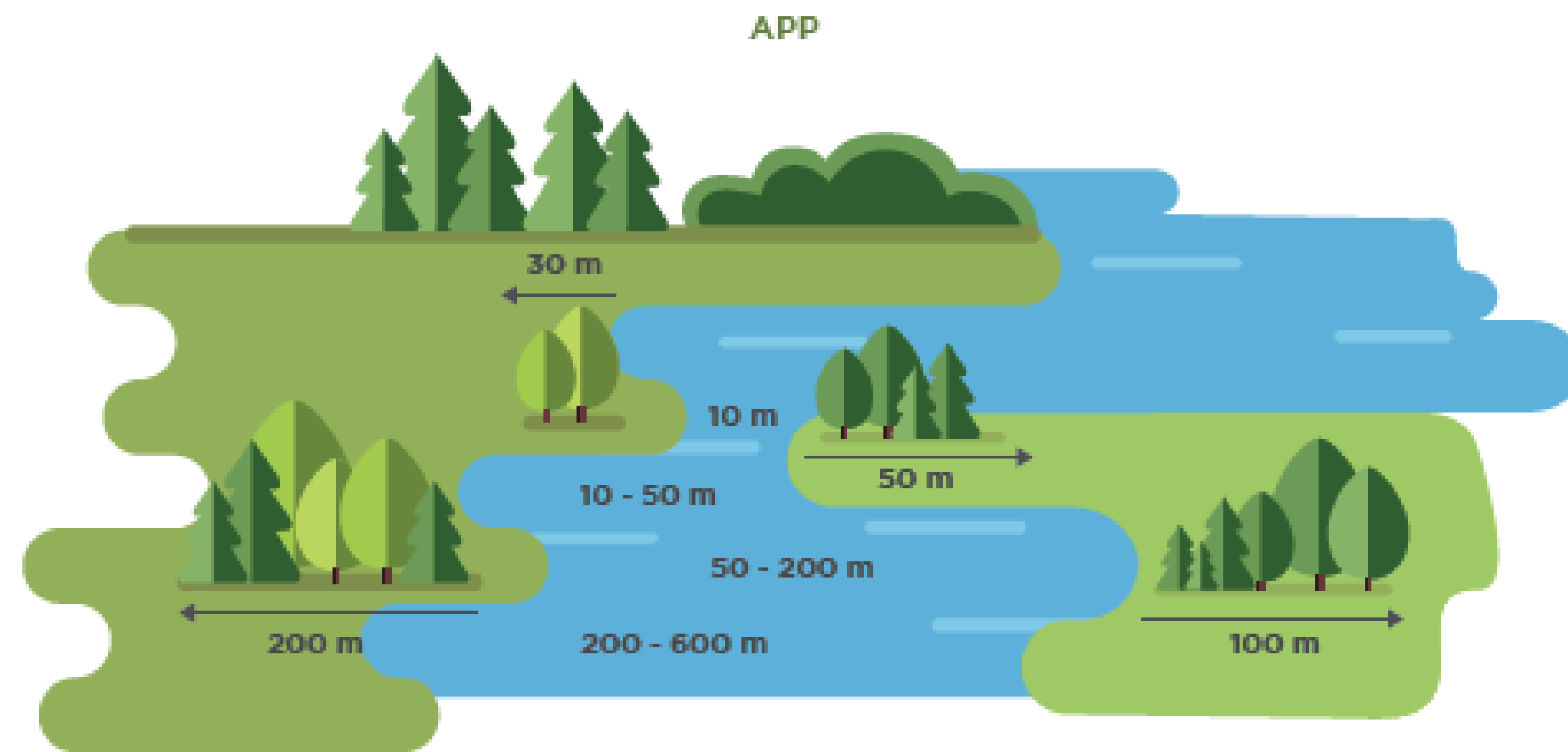
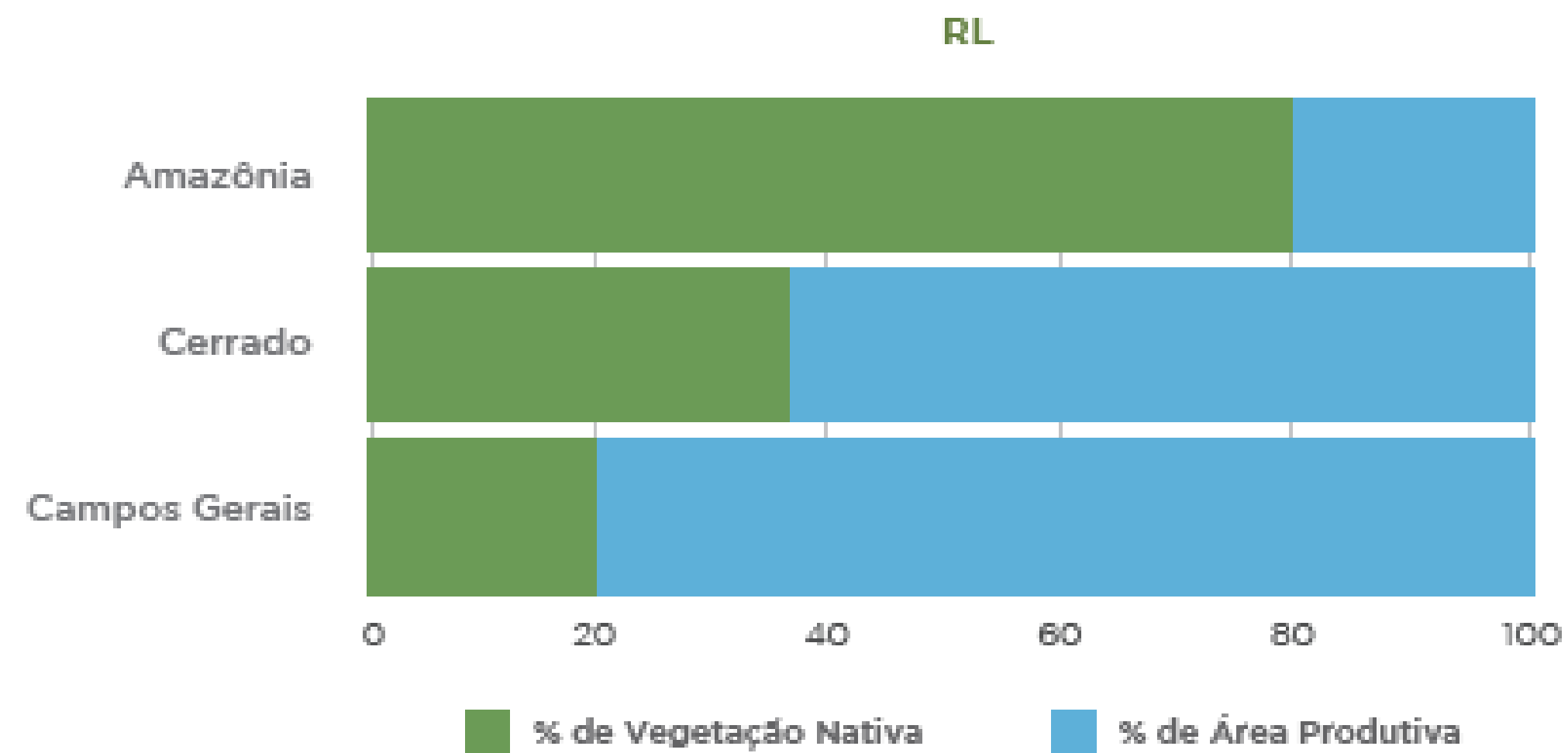


Figura 2: APP | Fonte: Autor



Servidão Administrativa Florestal no Brasil

- Ônus inerente ao imóvel
- Sem indenização
- Sem desapropriação indireta



Step 1: Regulatory Surplus

The project shall not be mandated by any law, statute or other regulatory framework, or for UNFCCC non-Annex I countries, any systematically enforced law, statute or other regulatory framework. For UNFCCC non-Annex I countries, laws, statutes, regulatory frameworks or policies implemented³ since 11 November 2001 that give comparative advantage to less emissions-intensive technologies or activities relative to more emissions-intensive technologies or activities need not be taken into account. For all countries, laws, statutes, regulatory

Paradoxo regulatório: quanto mais robusta a legislação ambiental, menor o espaço para adicionalidade



A6.4-SBM015-A11			
Dispositivo	Conteúdo normativo	Interpretação	
Item 4(b)	Define que uma atividade é adicional apenas se “representar mitigação que excede qualquer mitigação exigida por lei ou regulamento” e se “não teria ocorrido na ausência dos incentivos do mecanismo”.	É a definição-base de adicionalidade. Exige que a mitigação seja voluntária e motivada pelo mecanismo do Artigo 6.4, e não pelo cumprimento de uma obrigação legal.	
§ 6.1(25)	Prevê uma exceção: uma lei ou regulamento pode gerar mitigação reconhecida se “integrar formalmente o mecanismo como instrumento de implementação”.	Abre a possibilidade normativa estratégica para o Brasil: se o Código Florestal for formalmente vinculado ao SBCE e à NDC, suas obrigações de conservação poderão ser consideradas adicionais e convertidas em resultados de mitigação (ITMOs).	Possibilidade de debater adicionalidade de áreas legalmente protegidas em contexto da UNFCCC

Estrutura de Governança

Órgão Gestor ?

Instância executiva do órgão Superior, devendo elaborar os Planos de Alocação, regulação dos mercados de ativos, credenciamento de metodologias, apuração de infrações etc.

Estabelece as diretrizes do SBCE e aprova os Planos de Alocação.

Órgão Superior

Órgão Gestor

Comitê Técnico

Apresenta subsídios e recomendações técnicas para aprimoramento do SBCE

Ministérios	Casa Civil
	Relações Exteriores
	Meio Ambiente
	Indústria
	Ciências e Tecnologia
	Gestão e Inovação
	Povos Indígenas

Órgão Gestor

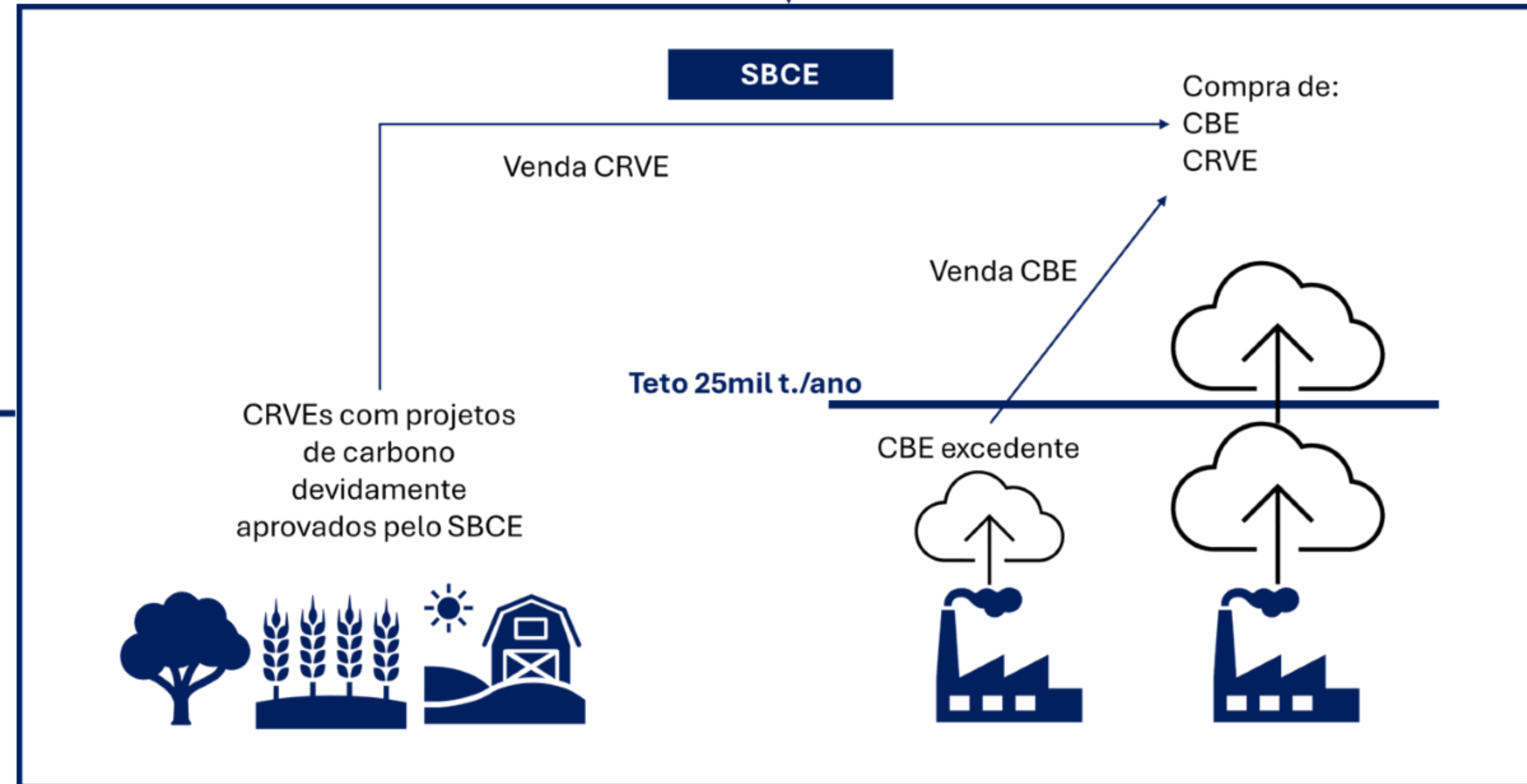
Conversão de crédito de carbono do mercado voluntário em CRVE para ser usada no SBCE

Emissão de crédito de carbono por certificadora



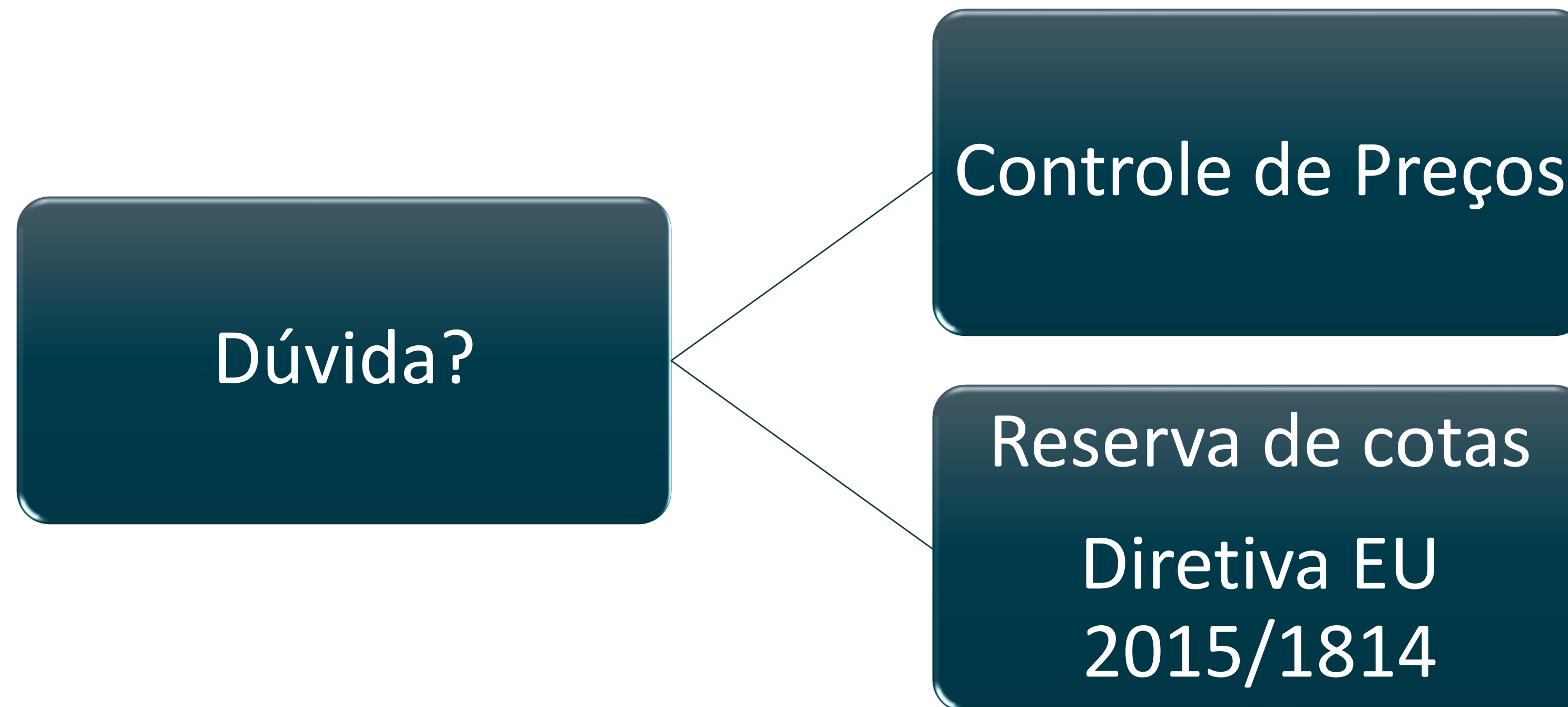
Mercado Voluntário

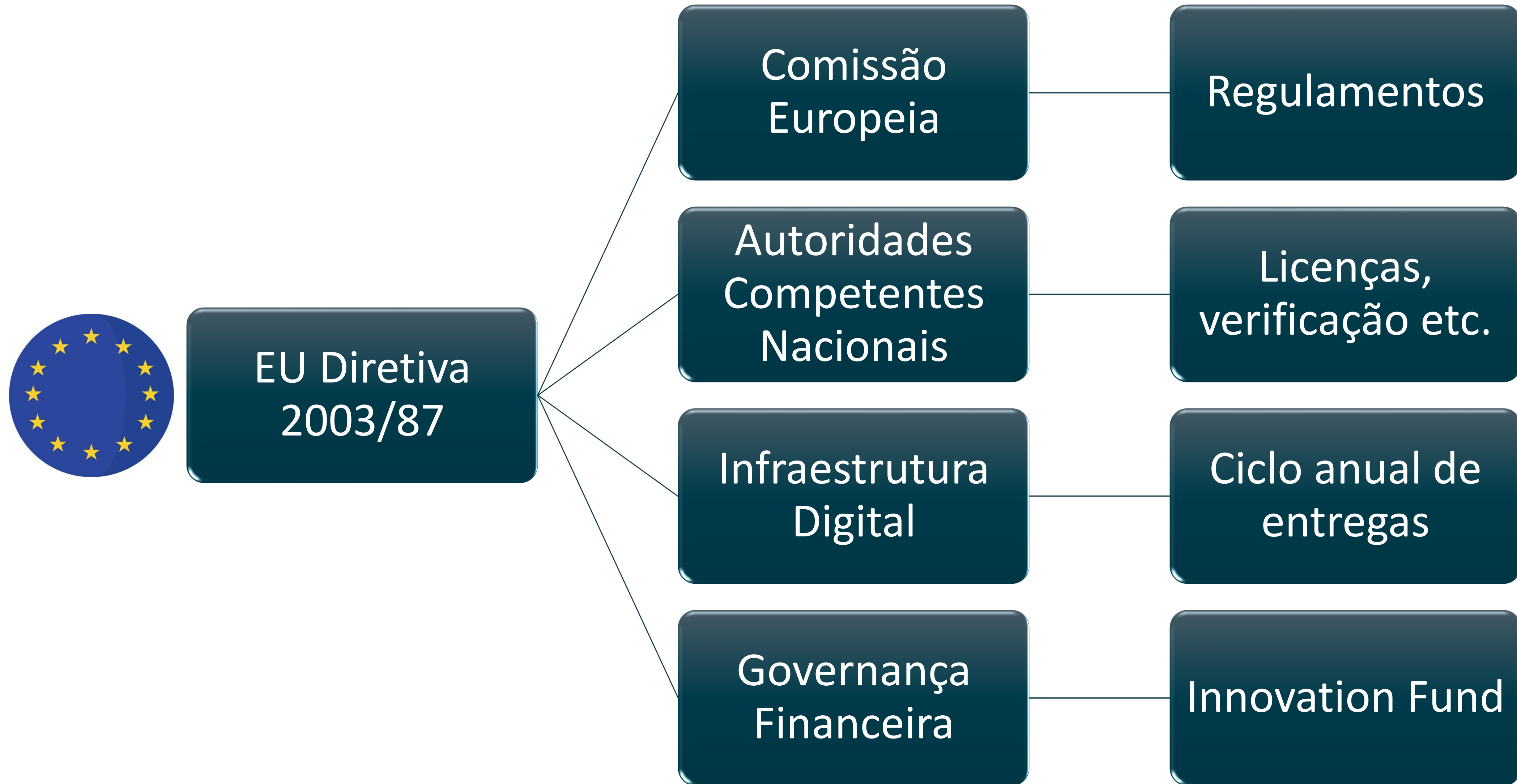
Conversão de CRVE em crédito de carbono a ser negociada no mercado voluntário



Estabilização de Preços

Art. 2, XVII - mecanismo de estabilização de preços: mecanismo pelo qual o órgão gestor do SBCE intervém no mercado de negociação de ativos integrantes do SBCE, de modo a reduzir a volatilidade dos seus preços;





SBCCE e CVM

Lei SBCE

- Art. 14. Os ativos integrantes do SBCE e os créditos de carbono, quando negociados no mercado financeiro e de capitais, são valores mobiliários

Lei CVM

- A publicação da Lei 15.042 a Lei Federal nº 6.385/76, ganhou um novo inciso se alinhando com a nova lei do mercado de carbono nacional

Competência CVM

- Art. 16. **Compete à Comissão de Valores Mobiliários**, sem prejuízo das competências atribuídas ao Conselho Monetário Nacional:
- exigir que os ativos integrantes do SBCE e os créditos de carbono negociados em mercado organizado sejam custodiados em depositário central
- dispensar os registros de que tratam a Lei nº 6.385/1976
- estabelecer registros e requisitos especiais para admissão no mercado de valores mobiliários dos ativos integrantes do SBCE quando negociados no mercado financeiro e de capitais
- prever regras informacionais específicas aplicáveis aos ativos integrantes do SBCE quando negociados no mercado financeiro e de capitais

Problemas do Crédito de Carbono e Liquidez



CBE	Ativo fungível e transacionável
CRVE	Ativo fungível e transacionável
Crédito de carbono (mercado voluntário)	Ativo transacionável, com natureza jurídica de fruto civil no caso de créditos de carbono florestais de preservação ou de reflorestamento (não menciona fungibilidade)

Como garantir fungibilidade ?

Falta de Liquidez

Problemas	Mercado Carbono Voluntário tem pouca escala e preços variam muito
	Outros ativos ambientais não são contemplados como lastro
	PSA sem regulamentação não tem escala nacional



Crédito de
Carbono

Serviços
Ecossistêmicos
(PSA)

Lastro para:

- Certificado de Recebíveis
- Cédula de Produtor Rural
- FIAGROS

Soluções

Segurança Jurídica SBCE

Transparência no Órgão Gestor

Transparência no credenciamento de metodologias

Interpretação sistemática do SBCE com outras normas

Discussões internacionais (e.g., art. 6.4)

Tokenização

Uso CFLOR

RL COMPENSAÇÃO

→ Cota de Reserva Ambiental (CRA)

→ Servidão Ambiental

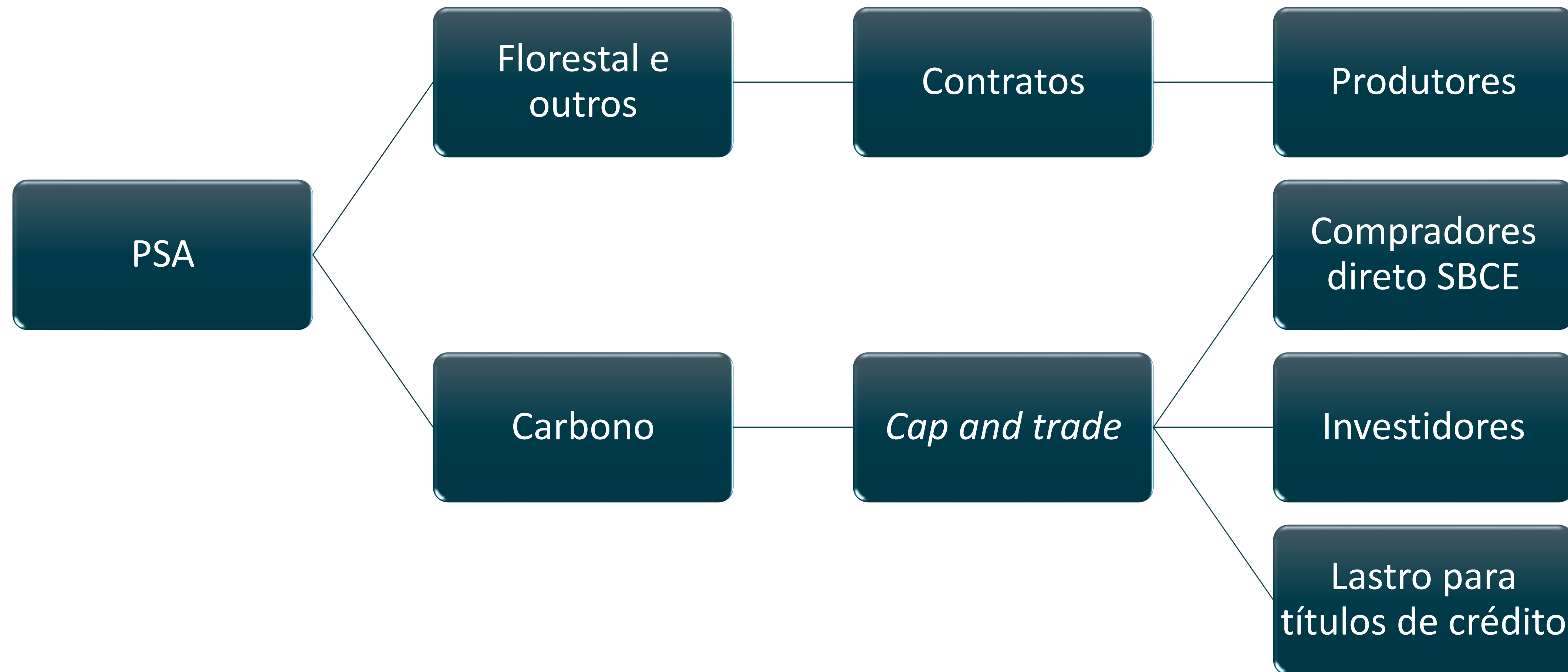
Doação em área no interior de
→ UC pendente de regularização

→ Credenciamento de área de
terceiro

Termo de Compromisso

- Título executivo extrajudicial com o órgão ambiental
- Valor mensal/anual

Necessidade de integração

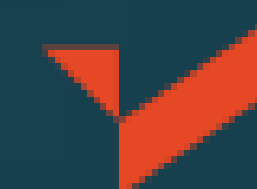
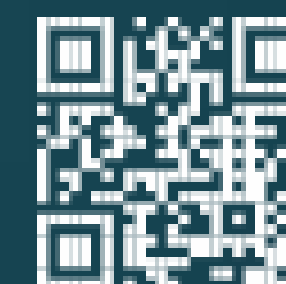


vbso advogados



Leonardo Munhoz
Doutor em Direito
Ambiental

lmunhoz@vbso.com.br



VBSO.COM.BR